

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
--------------------------------------	----

Capítulo 1

COMPETÊNCIA JURISDICIONAL: TEORIA GERAL CONTEXTUALIZADA AO CPC/2015.....	21
1.1. Conceito e delimitações.....	21
1.2. Natureza jurídica.....	22
1.3. Diretrizes normativas e a visão tradicional de rigidez formal	24
1.3.1. Garantia constitucional do juiz natural.....	24
1.3.2. Tipicidade e indisponibilidade	28
1.3.2.1. Competência implícita	30
1.3.3. Perpetuação da competência	33
1.4. Concretização da jurisdição.....	35
1.5. Limites da jurisdição nacional	37
1.6. Competência interna	40
1.6.1. Critérios de determinação de competência	41
1.6.2. Regras de competência de natureza absoluta ou relativa.....	44
1.6.3. Modificação da competência.....	47
1.6.3.1. Foro de eleição.....	48
1.6.3.2. Foro internacional de eleição	50
1.6.3.3. Inércia do réu quanto à arguição da incompetência	53
1.6.3.4. Conexão.....	54
1.6.3.5. Continência	59
1.6.4. Prevenção.....	60
1.6.4.1. Determinação do juízo preventivo: momento processual.....	63
1.6.4.2. Determinação do juízo preventivo: relação com a litispendência	64
1.6.5. Incompetência: efeito processual.....	66
1.6.6. Validade e eficácia dos atos processuais praticados por juízo incompetente (<i>translatio iudicii</i>)	67
1.6.7. Controle da competência	70

1.6.7.1. Regra <i>Kompetenz-Kompetenz</i> e a cognição de ofício da incompetência	72
1.6.7.2. Arguição da incompetência pelas partes.....	73
1.6.7.3. Arguição da incompetência por terceiro interveniente	76
1.6.7.4. Arguição da incompetência pelo Ministério Público.....	77
1.6.7.5. Impugnação da decisão sobre competência.....	79
1.6.7.6. Conflito de competência.....	86
1.6.7.7. Outros mecanismos que servem ao controle da competência	92
1.6.7.7.1. Reclamação para preservação de competência do tribunal	92
1.6.7.7.2. Instrumentos de uniformização da jurisprudência sobre competência.....	95
1.6.8. Cooperação judiciária nacional	98
1.7. Síntese do capítulo	103

Capítulo 2

CONCORRÊNCIA E ALTERNATIVIDADE ENTRE COMPETÊNCIAS.....	105
2.1. Concorrência de regras e alternatividade de definição	105
2.2. Breve panorama da concorrência e alternatividade entre jurisdições	106
2.2.1. Jurisdição internacional concorrente e a identidade de demandas nacional e estrangeira.....	108
2.2.2. Jurisdição internacional concorrente e a coisa julgada estrangeira	110
2.3. Concorrência e alternatividade entre competências.....	112
2.4. Concorrência e alternatividade e os negócios jurídicos processuais	115
2.5. <i>Forum shopping</i> : aproximação conceitual.....	115
2.5.1. Delimitações do fenômeno na esfera internacional e interna	117
2.5.2. <i>Forum shopping</i> e o regramento concorrente de competência	119
2.5.3. Boa-fé processual.....	121
2.5.4. Noções gerais sobre abuso do direito processual	125
2.5.5. Manipulação da regra de competência para atingir objetivo processual ilegítimo: abuso no direito de demandar	126
2.6. Outras repercussões de concorrência entre competências.....	129
2.6.1. Sobreposição de critérios de determinação de competência	129
2.6.2. Definição da regra de competência a partir da escolha procedimental	130
2.7. Síntese do capítulo	131

Capítulo 3

CONTROLE DA COMPETÊNCIA ADEQUADA.....	133
3.1. Acepções sobre competência adequada e seu enquadramento como diretriz principiológica.....	133
3.2. Gerenciamento do controle	136
3.3. <i>Forum non conveniens</i>	138
3.3.1. Sistemas jurídicos do <i>common law</i> e do <i>civil law</i> e as doutrinas do <i>forum non conveniens</i> e da <i>lis alibi pendens</i>	140
3.3.2. Temperamento do <i>forum shopping</i> abusivo	143
3.4. Premissas para o controle da competência adequada.....	143
3.4.1. Releitura da inflexibilidade do juiz natural.....	144
3.4.2. Instrumentalidade e adaptação processual.....	147
3.4.3. Exame das capacidades institucionais.....	149
3.5. Critérios redutores da discricionariedade judicial na definição da competência adequada	154
3.5.1. Facilitação do acesso à justiça e do exercício do direito de defesa	156
3.5.2. Eficiência jurisdicional.....	159
3.5.2.1. Eficiência qualitativa	163
3.5.2.2. Eficiência quantitativa.....	166
3.6. Síntese do capítulo	168

Capítulo 4

POTENCIALIDADES DE CONTROLE DA COMPETÊNCIA ADEQUADA NO PROCESSO CIVIL	171
4.1. Competência adequada pensada como um <i>critério integrativo ou interpretativo</i> : averiguação de problemas decorrentes dos casos de insuficiência normativa e da dificuldade de interpretação sistemática	171
4.1.1. Lacunas normativas e a competência implícita adequada	172
4.1.2. Convivência e sobreposição entre critérios de determinação de competência	177
4.1.2.1. Valor da causa	180
4.1.2.2. Matéria	181
4.1.2.3. Pessoa.....	182
4.1.2.4. Território.....	185
4.1.2.5. Função.....	185
4.1.3. Indeterminação de conceito jurídico definidor da competência	190

4.1.3.1.	Ações “pessoais” imobiliárias e o foro da situação da coisa	192
4.1.3.2.	Foro do “principal estabelecimento” da sociedade empresária no direito falimentar e recuperacional	194
4.1.3.3.	Foro do “local do dano” de “âmbito nacional ou regional” nas ações coletivas	196
4.1.3.4.	“Interesse público” na assunção de competência	201
4.1.4.	Alteração da competência absoluta como exceção à <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	203
4.1.5.	Modificação da competência: conveniência da reunião de demandas conexas ou continentes no juízo prevento	206
4.1.5.1.	Fator “harmonia decisória”	208
4.1.5.2.	Fator “economia processual”	211
4.1.6.	Conveniência da reunião de demandas <i>sem vínculo</i> de conexão ou continência no juízo prevento	212
4.1.7.	Versatilidade dos métodos de cooperação judiciária na modificação legal da competência	214
4.1.8.	Outras questões sobre conexão/continência e prevenção	218
4.1.8.1.	Prevenção na continência	218
4.1.8.2.	Prevenção oriunda da competência por conexão/continência <i>versus</i> competência absoluta (e a solução pela suspensão do processo)	219
4.1.8.3.	Concorrência entre normas de modificação de competência	221
4.1.8.4.	Conexão entre ação de execução de título extrajudicial e ação de conhecimento relativa ao mesmo ato jurídico	222
4.1.8.5.	Conexão entre ações coletivas e o enfoque dos “beneficiários” da decisão	225
4.2.	Competência adequada pensada como um <i>método aplicativo</i> : averiguação de problemas decorrentes do <i>forum shopping</i> abusivo	227
4.2.1.	Disponibilidade do critério territorial	227
4.2.1.1.	Abusividade do foro de eleição	227
4.2.1.2.	Foro de eleição e o processo de execução	232
4.2.1.3.	Abdicação do foro especial por aquele a quem a regra aproveita....	234
4.2.2.	Disponibilidade (excepcional) do critério funcional executivo	239
4.2.2.1.	“Cumprimento da sentença” em juízo diverso daquele que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição	239
4.2.2.2.	Cumprimento individual de decisão coletiva genérica em juízo diverso daquele que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição	242
4.2.3.	Disponibilidade do procedimento: ensaio sobre as implicações no regramento de competência (<i>forum shopping</i> indireto)	245
4.2.3.1.	Opção entre juizados especiais cíveis estaduais e justiça comum....	248

4.2.3.2. Opção entre juizados especiais cíveis federais e justiça comum federal (análise do art. 20, Lei nº 10.259/2001)	253
4.2.3.3. Competência quanto ao valor da causa e a cumulação de ações..	255
4.2.3.4. Opção entre mandado de segurança e ação de rito comum	257
4.2.3.5. Prevenção <i>versus</i> opção procedimental	261
4.3. Síntese do capítulo	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267